

## **O tema “corrupção” na produção acadêmica da Ciência Política brasileira**

Gabriel Eduardo Vitullo  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

### **1 Introdução<sup>1</sup>**

A questão da corrupção tornou-se um assunto onipresente nas conversas cotidianas. Em amplos setores da sociedade e, em especial, no seio das classes médias, o tema aparece com enorme frequência, associado ao sistema político, aos partidos, aos representantes eleitos e, de modo mais geral, à esfera de atuação do poder público. Assim como habitualmente o assunto para iniciar qualquer conversa, sobretudo com um desconhecido, tem sido falar do clima ou da previsão do tempo, hoje em dia é também muito comum começar um diálogo falando mal dos políticos e associando-os automaticamente a esquemas ou escândalos de corrupção. Dir-se-ia que o tema passou a constituir um dos mais importantes “assuntos-ônibus” (Bourdieu, 1997): aqueles assuntos que, por não terem a princípio caráter controverso, visam gerar empatia com o interlocutor em diálogos superficiais dentro de um elevador, num taxi, no ônibus, numa padaria ou na fila de um banco; ou ainda aqueles assuntos que se fazem presentes com enorme frequência também no ambiente midiático. É lugar-comum, nos grandes veículos de comunicação, dedicar fartos minutos, centímetros ou gigabytes a denúncias de escândalos de corrupção em que estejam envolvidos integrantes da mal chamada “classe política”. Configura-se como um fácil atalho para capturar a atenção do espectador e assim elevar os índices de audiência. É lugar-comum, também, no Brasil e alhures, receber correntes de e-mails, postagens nas redes sociais e mensagens via WhatsApp em que indignados cidadãos assumem para si o “patriótico” papel de replicadores de denúncias de “malfeitos”, ilegalidades, desvios de conduta, troca de vantagens indevidas e mal-uso do dinheiro público. Espécie de “cruzados morais”, “denunciadores seriais” ou seguidores de “corajosos justiceiros” que buscariam acabar com o “câncer” que teria tomado conta da vida política do país.

É de se esperar, portanto, que o campo acadêmico, na medida em que não constitui uma ilha – mesmo que alguns pretendam que tal coisa seja possível e, pior, desejável – também se veja seduzido pelo assunto e este passe a tomar a atenção de disciplinas como o Direito, a Economia, a Administração, a Sociologia ou a Ciência Política. E é precisamente sobre a relação desta última com o assunto citado que se debruça este artigo, com o objetivo de verificar qual é o lugar que ocupa o tema da “corrupção” na agenda de investigação e intervenção pública da disciplina e qual a perspectiva político-ideológica predominante. Mais concretamente, procura-se observar se – e até que ponto – as pesquisas desenvolvidas no campo da Ciência Política conseguem estabelecer um distanciamento crítico do tipo de discurso anticorrupção predominante nos ambientes extra-acadêmicos. Ou, em sentido contrário, verificar em que medida os cientistas políticos acabam por

---

<sup>1</sup> Agradeço a Luis Felipe Miguel e aos pareceristas anônimos da revista por suas valiosas sugestões. Eventuais erros e omissões, no entanto, continuam sendo de minha inteira responsabilidade.

reproduzir e legitimar, mesmo que com uma linguagem mais elaborada e um arsenal de informações mais sofisticado, os pressupostos que subjazem ao discurso prevalecente na sociedade sobre o tema.

Dada a centralidade que a luta contra a corrupção tem conquistado na cena pública e dado o uso reiterado que deste assunto se faz como instrumento na disputa política, considera-se importante em termos tanto acadêmicos quanto também políticos, investigar como a disciplina politológica se situa diante do assunto, assim como examinar como esta se relaciona com os discursos anticorrupção hoje em dia claramente predominantes. Sobretudo se for considerado que não existem até aqui, na Ciência Política brasileira, estudos com o enfoque e metodologia ora propostos.

Para procurar dar conta destes objetivos e preencher assim essa lacuna, foi feito um levantamento e análise crítica de todo o material publicado em 12 importantes revistas da área ao longo dos últimos 30 anos, partindo do entendimento de que os textos ali divulgados podem ser considerados como representativos das principais tendências e inquietações que tomam conta da comunidade da Ciência Política nacional e da sua produção acadêmica.

Assim sendo, o artigo está dividido, além desta Introdução, em quatro seções: “Metodologia” (apresentação do material empírico e dos instrumentos de coleta e análise dos dados), “A ‘corrupção’ nas revistas brasileiras” (classificação e análise quantitativa dos dados selecionados), “Uma comparação entre os dois enfoques” (análise qualitativa e comparativa das principais abordagens sobre o tema da corrupção presentes na Ciência Política brasileira a respeito do tema da corrupção e exame crítico da perspectiva predominante) e “Considerações finais”.

## 2 Metodologia

Com o propósito de responder às indagações acima formuladas, adotou-se inicialmente uma metodologia já utilizada e testada em outras oportunidades dentro da Ciência Política brasileira, seja para mapear de modo geral quais os principais temas ou enfoques mais usuais na disciplina ao longo do tempo (Leite, 2015; Oliveira, 2016; Avritzer, 2016; Marengo, 2016; Souza e Valmore, 2019, entre outros), seja para examinar o estado da arte em torno a uma determinada temática ou subcampo mais específicos (Amorim Neto, 2010; Marques e Machado, 2014; Neiva, 2015; Limongi, Almeida e Freitas, 2016, entre outros). Tal metodologia consiste na análise da produção científica a partir do exame dos textos veiculados nas principais revistas da área.

Foi assim que, no caso do presente artigo, realizou-se uma análise bibliométrica do material publicado ao longo dos últimos trinta anos (1990-2019) nas 12 revistas classificadas nos estratos A1, A2, B1 ou B2 do *Qualis* na área de “Ciência Política e Relações Internacionais” na última medição disponível na Plataforma Sucupira da CAPES que fazem parte da Plataforma Scielo – *Scientific Electronic Library Online*<sup>2</sup>. Tais revistas são: *Dados – Revista de Ciências Sociais*, *Opinião Pública*, *Revista de Sociologia e Política*, *Brazilian Political Science Review*, *Caderno CRH*, *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, *Novos Estudos Cebrap*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Estudos Avançados*, *Revista Brasileira de Ciência Política*, *Sociedade e Estado* e *Civitas: Revista de Ciências*

---

<sup>2</sup> O Scielo é um programa de cooperação técnica, de alcance internacional, que promove políticas de apoio à comunicação científica realizada por periódicos editados em cada um dos países que dele fazem parte. Conta com uma série de exigentes critérios para a avaliação e incorporação de periódicos científicos a sua plataforma, o que leva os pesquisadores das mais variadas disciplinas a considerarem o fato de fazer parte de dita plataforma como um dos principais indicadores da qualidade e relevância das revistas ali indexadas e publicadas.

### Sociais.

Numa primeira etapa, foram recuperados todos os materiais publicados nas revistas mencionadas durante o recorte temporal proposto que abordassem diretamente o tema da corrupção ou que, mesmo não tratando de modo direto deste, fizessem alguma menção ao assunto. Daí que o tratamento da informação tenha sido feito sobre o texto completo dos artigos disponíveis na internet, não restringindo a busca apenas a títulos, palavras-chave ou resumos. Por tal motivo, foram usados os mecanismos de pesquisa avançada do *Google Scholar* e não as ferramentas da Plataforma *Scielo*, que só permitem a recuperação do material indexado a partir do ano em que o periódico entrou nessa base de dados e não possibilitam a busca de expressões no conjunto do texto, mas só no resumo e palavras-chave. As expressões empregadas no processo de recuperação da informação foram: “corrupção”, “*corruption*” e “*corrupción*” (e termos derivados como “corrupto”, “corruptível”, “corrompido” e “anticorrupção”, se valendo para tal de busca automatizada centrada na raiz comum “corr\*”).

Numa segunda etapa, uma vez concluído o processo de recuperação de todos esses materiais, procedeu-se à análise dos mesmos, contando para tal com o auxílio do programa *DocFetcher* e com os dispositivos de busca do *Adobe Reader*. Com o uso de tais ferramentas, foram localizadas as expressões acima listadas em cada um dos materiais coletados. Quando alguma destas expressões fazia parte do título, constava no resumo ou era uma das palavras-chave, o texto foi classificado como tendo por tema central ou um dos temas principais a questão da corrupção.

Numa terceira etapa, a análise esteve orientada a examinar os materiais nos quais nem no título, nem no resumo, nem nas respectivas palavras-chave se fazia presente a expressão “corrupção” ou derivadas (em português, inglês, espanhol ou francês). Procedeu-se, conseqüentemente, à busca destas expressões no corpo do texto, seguida da leitura da frase ou parágrafo do qual estas faziam parte ou, até, quando necessário, de fragmentos maiores. Com base em tal leitura e na avaliação da frequência com que estas expressões apareciam em cada um dos materiais, foi possível estabelecer, para cada um desses textos, quando a questão da corrupção se apresentava como tema principal ou como um dos seus temas centrais e quando, pelo contrário, o assunto aparecia de forma secundária ou meramente marginal.

Numa quarta etapa, e se valendo ainda da análise das expressões no seu contexto, foi possível classificar os diversos materiais e selecionar todos aqueles em que a expressão “corrupção” (ou derivadas) assume a acepção mais habitual na linguagem cotidiana: “Ação ou resultado de subornar, de oferecer dinheiro a uma ou várias pessoas, buscando obter algo em benefício próprio ou em nome de uma outra pessoa; suborno” (Corrupção, 2009). O que permitiu descartar outros textos em que o termo “corrupção” aparecia num sentido que poderia se denominar de mais “clássico”: “Ação ou efeito de corromper, de adulterar o conteúdo original de algo. Alteração das propriedades originais de alguma coisa. Ação de decompor ou deteriorar. Desvirtuamento de hábitos; devassidão de costumes [...]” (Corrupção, 2009)<sup>3</sup>. Da mesma forma, foram desconsiderados os materiais em que as expressões citadas apareciam apenas nas referências bibliográficas ou nota biográfica do autor e todos aqueles textos nos quais tais expressões estavam associadas a outros fenômenos que escapam do que

---

<sup>3</sup> Optou-se aqui por citar estas duas definições oferecidas por um dicionário da língua portuguesa mesmo sabendo que o tema de modo algum se esgota nelas. De fato, alguns dos materiais coletados para esta pesquisa perseguem, como um dos seus objetivos, a clarificação conceitual e a análise dos múltiplos significados que encerra o termo “corrupção”, como é o caso, por exemplo, das pesquisas de Filgueiras (2009) e Miranda (2018).

se quer observar neste trabalho, tais como corrupção “policial”, “prisional” e “de menores”.

Na quinta, última e mais relevante etapa no processo de organização, classificação e análise qualitativa do material que guardasse relação direta ou indireta com o tema objeto deste artigo, os textos foram divididos em duas grandes categorias. Tomando por base a análise de quadros ou *frame analysis* (Goffman, 1974; Entman, 1993, Porto, 2004; Mendonça e Simões, 2012), o material foi classificado em, por um lado, aqueles textos direcionados ao estudo do tema da corrupção, sua conceitualização, sua operacionalização, medição, causas e consequências ou que fazem uso do termo sem qualquer problematização, e, por outro lado, aqueles que oferecem algum potencial de crítica sobre o papel do “discurso de luta contra a corrupção” nos processos de criminalização da atividade política e de desgaste ou de deposição de governos populares e progressistas no Brasil e em outros países, naquilo que autores como Korybko (2018), Zaffaroni (2019), Martins Zanin; Teixeira Zanin e Valim (2019), Martins Júnior (2020) e Romano (2020) vêm caracterizando como *lawfare*<sup>4</sup>.

### 3 A “corrupção” nas revistas brasileiras

De acordo com o que já fora mencionado, ao todo foram 12 as revistas selecionadas para a coleta do material empírico. Na tabela a seguir (Tabela 1), se oferece informação a respeito da classificação que coube a cada uma na última medição do *Qualis*, o ano em que cada revista começou a ser editada, o intervalo temporal efetivamente analisado em cada caso e a distribuição entre essas 12 publicações dos 10.560 materiais publicados.

**Tabela 1 – Revistas brasileiras (1990-2019)**

Revista	<i>Qualis</i> 2013-2016	Ano de início da publicação	Período Analisado	Material publicado
Dados	A1	1966	1990-2019	759
Opinião Pública	A1	1993	1993-2019	450
Revista de Sociologia e Política	A1	1993	1993-2019	885
Brazilian Political Science Review	A2	2007	2007-2019	257
Caderno CRH	A2	1987	1990-2019	985
Lua Nova	A2	1984	1990-2019	852
Novos Estudos Cebrap	A2	1981	1990-2019	1.371
Revista Bras. de Ciências Sociais	A2	1986	1990-2019	1.271
Estudos Avançados	B1	1987	1990-2019	2.097
Revista Bras. de Ciência Política	B1	2009	2009-2019	342
Sociedade e Estado	B1	1986	2000-2019*	695
Civitas	B2	2001	2001-2019	596
				10.560

Fonte: Elaboração própria.

\* Apesar de a publicação da revista já existir em 1990, o material só está disponível para o período indicado.

<sup>4</sup> Certos artigos resultaram mais difíceis de classificar em um ou outro enfoque. Porém, seguindo o princípio lógico da mútua exclusividade e visando manter uma distribuição dicotômica, buscou-se que nenhum texto pudesse entrar em ambos os grupos ao mesmo tempo. Daí que qualquer aceno para um olhar crítico sobre o “discurso anticorrupção” tenha sido considerado como elemento suficiente para enquadrar o texto sobre cuja classificação pudesse pairar alguma dúvida na categoria do material “heterodoxo”. Assim como a ausência de qualquer elemento de caráter crítico fez com que o material fosse classificado como “convencional”, incluindo assim até casos que, em outras circunstâncias, poderiam ser catalogados como “neutros”.

No processo de levantamento do material que contivesse a expressão “corrupção” ou derivadas (ou seus equivalentes em inglês, espanhol ou francês), chegou-se a um total de 1.243 textos (na maioria artigos, mas também algumas notas editoriais, resenhas e encartes). Destes, numa primeira filtragem, foram excluídos 29 textos nos quais a ou as expressões citadas só apareciam nas referências bibliográficas ou nas informações biográficas dos autores, 91 que faziam menção à corrupção policial, prisional ou ao crime de corrupção de menores e 104 que usavam a expressão “corrupção” (ou derivadas) no que se poderia denominar como “sentido clássico”. A exclusão desses 224 itens levou, então, a que o material a observar se visse reduzido a 1.019 textos (equivalentes a 9,6% de todo o que foi publicado nas 12 revistas ao longo do período investigado).

Uma vez delimitado o universo de análise, procedeu-se à classificação desses 1.019 textos, tendo por base um duplo critério. Em primeiro lugar, estes foram agrupados em função da centralidade ou não do tema em cada um deles. E, em segundo lugar, os textos foram divididos em função do tipo de abordagem apresentado: foco – ou alusão – às causas, consequências, medição, percepção, medidas de prevenção e conceitualização do fenômeno da corrupção (chamado aqui de abordagem “convencional”<sup>5</sup>), ou, então, foco – ou alusão – na análise/questionamento da funcionalidade que o “discurso de luta contra a corrupção” tem no enfraquecimento ou derrubada de governos populares e progressistas (chamado aqui de enfoque “heterodoxo”) e no papel que tal discurso tem na criminalização da atividade política.

Como se pode apreciar na Tabela 2, a grande maioria do universo selecionado toca no tema da corrupção de modo secundário ou faz alguma alusão marginal ao assunto, enquanto só uma minoria põe o foco direto na análise do fenômeno. Concretamente são 868 (85,2%) os textos que se enquadram na primeira situação e apenas 151 (14,8%) os que têm o tema da corrupção como assunto central ou um dos seus assuntos principais (somando aqui tanto os que contêm a expressão de busca “corrupção” e derivadas no título, resumo ou palavras-chave quanto aqueles que, mesmo sem conter tais expressões nesses campos, dão ao assunto da corrupção um certo destaque e o abordam como um dos seus temas principais).

**Tabela 2 – Corrupção: Tema central e não central (1990-2019)**

	N	%
Tema central	151	14,8
Tema não central	868	85,2
Total recuperado	1.019	100,0

Fonte: Elaboração própria.  
N = 1.019

Ao concentrar a atenção nestes 151 materiais, que representam 14,8% do universo total recuperado (Tabela 3), percebe-se que há uma publicação que sobressai sobre as demais: a revista *Opinião Pública*, do Centro de Estudos da Opinião Pública da UNICAMP, na qual tem sido publicada quase a terceira parte dos textos que aqui foram agrupados como tendo a corrupção como tema central

<sup>5</sup> Este primeiro grupo, orientado pelo enfoque “convencional”, reúne um leque bastante diverso de textos, que nem sempre compartilham o mesmo marco teórico nem a mesma abordagem metodológica, em que pese serem maioria os que assumem uma perspectiva de caráter neoinstitucionalista. Todavia, é importante ressaltar que a efeitos do que se propõe neste artigo, a simplificação que supõe ordenar todo o material selecionado em um par dicotômico é intencional e visa dar destaque ao contraste que surge ao comparar os textos agrupados sob tal rótulo com aqueles outros reunidos sob o enfoque “heterodoxo”.

(50 dos 151)<sup>6</sup>, com claro predomínio daqueles que optam por um olhar “convencional” do fenômeno da corrupção (39 desses 50, ou 78,0%). Proporção, esta última, que se assemelha à que se pode encontrar em boa parte das outras revistas: com exceção de *Novos Estudos Cebrap* e de *Sociedade e Estado*, que apresentam paridade entre os textos com perfil “convencional” e com perfil “heterodoxo”, nas demais há um claro predomínio da primeira abordagem, em proporções que, em casos como os da *Brazilian Political Science Review* e da revista *Civitas*, chegam a 100%. O qual, conseqüentemente, se reflete também nas proporções gerais deste conjunto: dos 151 materiais que apresentam a corrupção como tema central ou como um dos seus temas principais, 111 adotam um enfoque “convencional” enquanto só 40 assumem uma perspectiva de tipo “heterodoxa” (73,5% frente a 26,5%, respectivamente).

**Tabela 3 – Corrupção: Tema central, enfoque convencional e enfoque heterodoxo, desagregado por revista (1990-2019)**

	Enfoque convencional		Enfoque heterodoxo		Totais	
	N	%	N	%	N	%
Dados	7	63,6	4	36,4	11	100,0
Opinião Pública	39	78,0	11	22,0	50	100,0
Revista de Sociologia e Política	5	83,3	1	16,7	6	100,0
Brazilian Political Science Review	7	100,0	0	0,0	7	100,0
Caderno CRH	3	75,0	1	25,0	4	100,0
Lua Nova	14	87,5	2	12,5	16	100,0
Novos Estudos Cebrap	9	47,4	10	52,6	19	100,0
Revista Bras. de Ciências Sociais	10	62,5	6	37,5	16	100,0
Estudos Avançados	7	70,0	3	30,0	10	100,0
Revista Bras. de Ciência Política	8	88,9	1	11,1	9	100,0
Sociedade e Estado	1	50,0	1	50,0	2	100,0
Civitas	1	100,0	0	0,0	1	100,0
Totais	111	73,5	40	26,5	151	100,0

Fonte: Elaboração própria.  
N = 151

Resulta conveniente também analisar esses dados de forma diacrônica, para verificar se tem havido um incremento da presença do tema nas revistas da área e quais foram os anos com maior destaque. Como o volume geral de artigos tem crescido ano a ano, não seria correto realizar esta comparação tomando por base os números absolutos acima detalhados. Assim sendo, optou-se por analisar as proporções de artigos publicados sobre o tema da “corrupção” sobre o total de materiais veiculados no conjunto das 12 revistas para cada um dos 30 anos que compõem o período escolhido (Gráfico 1).

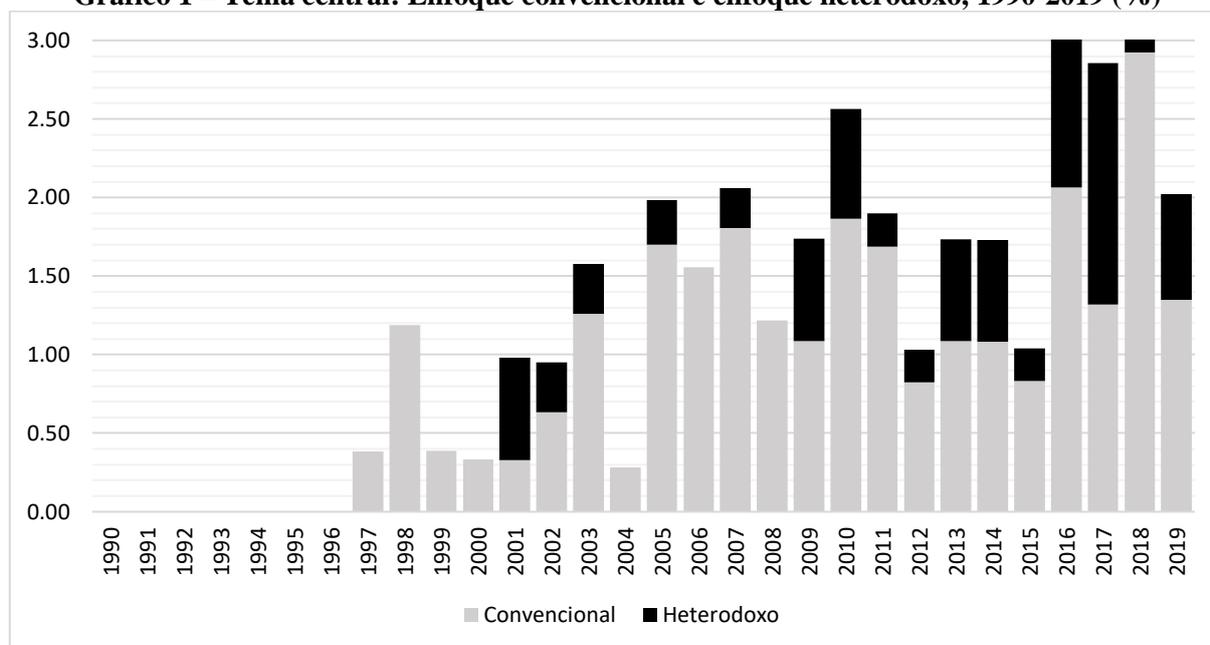
Destes cálculos, o que logo salta à vista são as proporções mais elevadas no triênio 2016-2018, que alcançam valores que chegam a triplicar os de 1998 ou até a decuplicar os índices de 1997, 1999 ou 2000. De fato, se for calculada uma média dos materiais publicados por década (sempre medidos como proporção de tudo o que foi publicado no período), observa-se que a proporção do segundo decênio do período analisado sextuplica a da década de 1990 e que a da década de 2010 mais que

<sup>6</sup> Ao considerar a muito desigual distribuição dos 10.560 textos publicados entre 1990 e 2019 entre as 12 revistas (detalhados na Tabela 1) e usar tal distribuição como fator de ponderação das proporções que ostenta cada uma destas, os números da revista *Opinião Pública* são ainda mais expressivos, respondendo por 45,4% dos 151 textos que foram publicados sobre o tema.

decupla a dos anos 1990. Entre outras coisas porque, no caso da década recém citada, até 1996 não se identificou sequer um artigo que tivesse a “corrupção” como tema central ou como um dos temas principais. Há, para a questão temporal, ainda outra questão sobre a qual cabe chamar a atenção: no triênio 2015-2017 também se verificam proporções bastante mais elevadas que a média dos 30 anos analisados e que destoam das proporções dos anos prévios e posteriores ao citado intervalo. O que se explica, em boa medida, pelo escândalo do “Mensalão”, fartamente abordado na grande mídia e que acabara por ecoar, também, anos depois, nos textos publicados nas revistas da Ciência Política analisadas: mais da quarta parte dos materiais do triênio, com especial destaque para os publicados em 2016 e 2017, incluem referências ao citado escândalo.

Por último, resulta interessante mencionar que a distribuição entre materiais aqui classificados como “convencionais” e materiais “heterodoxos” é bastante variável nos diferentes anos considerados, sendo que em nove anos a proporção de materiais classificados como “heterodoxos” fica acima da média de 26,5% já citada e, destes, há dois anos em que os textos que seguem tal enfoque superam aos “convencionais”: 2001 (com 67,0%) e 2017 (com 54,0%).

**Gráfico 1 – Tema central: Enfoque convencional e enfoque heterodoxo, 1990-2019 (%)**



Fonte: Elaboração própria.

Quando a observação se desloca para a composição do grupo daqueles textos que tratam o tema da corrupção de maneira secundária ou só fazem menção marginal ao mesmo (Tabela 4), se verifica que a distância entre os dois enfoques se amplia ainda mais: 84,9% de todos esses textos seguem um enfoque “convencional” frente aos 15,1% que adotam uma perspectiva “heterodoxa”. Ao analisar de forma desagregada tais dados, se constata que 11 das 12 revistas apresentam taxas superiores aos 80,0% de textos que aderem a um enfoque “convencional” (com índices que chegam aos 97,9% no caso da revista *Opinião Pública* e 95,7% na *Brazilian Political Science Review*) e que apenas uma revista exhibe proporções mais equilibradas: a *Novos Estudos Cebrap*, na qual 54,7% dos artigos seguem um enfoque “convencional” enquanto os 45,3% restantes apresentam uma perspectiva mais crítica ou “heterodoxa” ao se referirem à questão da corrupção.

**Tabela 4 – Corrupção: Tema não central, enfoque convencional e enfoque heterodoxo, desagregado por revista (1990-2019)**

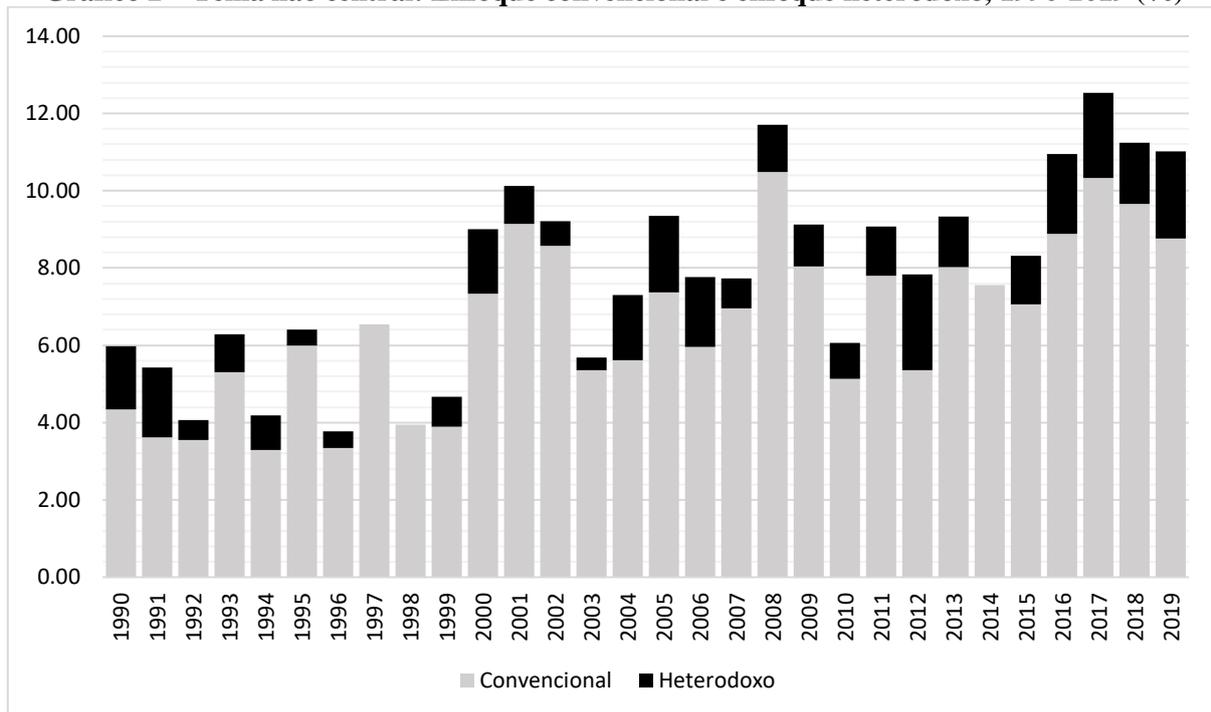
	Enfoque convencional		Enfoque heterodoxo		Totais	
	N	%	N	%	N	%
Dados	81	85,3	14	14,7	95	100,0
Opinião Pública	94	97,9	2	2,1	96	100,0
Revista de Sociologia e Política	42	85,7	7	14,3	49	100,0
Brazilian Political Science Review	22	95,7	1	4,3	23	100,0
Caderno CRH	70	83,3	14	16,7	84	100,0
Lua Nova	94	96,9	3	3,1	97	100,0
Novos Estudos Cebrap	41	54,7	34	45,3	75	100,0
Revista Bras. de Ciências Sociais	62	83,8	12	16,2	74	100,0
Estudos Avançados	115	79,3	30	20,7	145	100,0
Revista Bras. de Ciência Política	31	83,8	6	16,2	37	100,0
Sociedade e Estado	48	90,6	5	9,4	53	100,0
Civitas	37	92,5	3	7,5	40	100,0
Totais	737	84,9	131	15,1	868	100,0

Fonte: Elaboração própria.

N = 868

Aqui, novamente, vale a pena examinar, em termos diacrônicos, a evolução da proporção de materiais publicados que, mesmo não tendo a questão da “corrupção” como tema central, fazem alguma alusão secundária ao assunto. Conforme o que pode ser visto no Gráfico 2, o triênio 2016-2018 (ou, até, ampliando, o quadriênio que se estende até 2019) se destaca ao ser comparado com os demais anos que compõem o intervalo analisado, em proporções que quadriplicam os percentuais alcançados em certos anos da década de 1990. Da mesma forma, outros anos que também apresentam níveis bastante superiores à média são os de 2008 e, em menor medida, os de 2000, 2001 e 2002, datas que não se identificam com nenhum escândalo particularmente relevante ou com casos de corrupção que, levando em consideração a usual demora na veiculação dos artigos aceitos para publicação nas revistas acadêmicas, tenham sido muito abordados pela grande mídia nos anos imediatamente anteriores. E no que se refere à distribuição entre os dois enfoques, são 12 os anos analisados nos que a proporção de materiais enquadrados no enfoque “heterodoxo” está acima da média de 15,1% de todo o período. E, desses, apenas dois alcançam proporções mais expressivas: 1991 e 2012, com, respectivamente, 32,0% e 33,0% do material publicado tendo sido classificado como “heterodoxo”.

**Gráfico 2 – Tema não central: Enfoque convencional e enfoque heterodoxo, 1990-2019 (%)**



Fonte: Elaboração própria.

Mas independente da questão cronológica, dos números expostos se depreende que existe uma importante divergência na interpretação do fenômeno da corrupção na Ciência Política brasileira. Uma divergência que, à luz dos dados citados, se mostra bastante desequilibrada: são muitos mais os que tratam a corrupção a partir de um enfoque “convencional” do que aqueles que questionam o uso que se faz do tema da “corrupção” na disputa política. No caso dos textos que tratam centralmente sobre o tema, os classificados sob o rótulo de enfoque “convencional” somam uma quantidade quase três vezes maior que a dos classificados como “heterodoxos”. Um fenômeno que, no caso dos que tocam no tema de maneira secundária ou marginal, se expressa de maneira ainda mais contundente, dado que os textos classificados como de tipo “convencional” alcançam uma quantidade que praticamente sextuplica à dos textos rotulados como “heterodoxos”. Em várias das revistas analisadas é francamente reduzida ou até inexistente a presença de artigos que ofereçam uma meta-leitura, ou leitura heterodoxa, do tema da corrupção.

Todo o qual permitiria aventar a hipótese de que as correntes majoritárias da Ciência Política brasileira estariam contribuindo, em maior ou menor medida, com maior ou menor zelo, de modo mais consciente ou menos consciente, à naturalização de uma interpretação do fenômeno da corrupção muito próxima daquela que veicula cotidianamente a grande mídia e que reverbera com força em amplas camadas da população. O que não significa afirmar que ditas correntes partam do discurso da grande mídia ou sejam tributárias deste, mas sim destacar a afinidade que se verifica entre estes dois âmbitos no tocante ao tema sob análise, para além das suas inegáveis especificidades enquanto campos políticos e semânticos diferentes.

Mesmo reconhecendo que há um leque bastante variado de perspectivas e abordagens dentro do que aqui se denominou como enfoque “convencional”, se identificou uma presença majoritária de artigos ancorados numa leitura neoinstitucionalista – em suas mais variadas vertentes – do fenômeno

da corrupção, centrado na ideia de indivíduos dispostos a maximizar seus benefícios (*rent-seeking*), mesmo violando a lei. Neste sentido, não parece ocioso destacar que a leitura ou interpretação neoinstitucionalista tem conquistado inúmeros adeptos em virtude do grande impulso dado à mesma por entidades como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, a Organização para as Nações Unidas ou a Organização de Estados Americanos. Não por acaso, estas instituições aparecem mencionadas em vários dos textos analisados. O que ajuda a entender mais facilmente o porquê da verdadeira hegemonia conquistada pelo neoinstitucionalismo no Brasil e em muitos outros países. Assim como ajuda a compreender as razões que levam à maciça presença de termos como “transparência”, “governança”, “governo aberto” ou “*accountability*” nos estudos que se desenvolvem em torno da temática da corrupção no campo da Ciência Política, da Economia ou do Direito e nos discursos veiculados pelas entidades da sociedade civil dedicadas à luta contra a corrupção.

#### 4 Uma comparação entre os dois enfoques

Nesta seção se busca apresentar e analisar, em termos qualitativos, os temas e tópicos mais frequentes nos textos que integram cada um dos dois grupos em que foi classificado o material selecionado: “enfoque convencional” e “enfoque heterodoxo”. A efeitos de facilitar a apresentação, os diferentes tópicos são agrupados, quando possível, em função da sua afinidade ou proximidade. No caso do material reunido sob o rótulo de “enfoque heterodoxo”, optou-se também por reproduzir algumas citações dos textos mais representativos como forma de dar maior visibilidade a um tipo de argumentação – como já dito – minoritária não apenas na Ciência Política, mas ainda mais minoritária fora do âmbito acadêmico.

**Tabela 5 – Enfoque convencional: tópicos mais frequentes**

Discussão conceitual, delimitação. Relações entre clientelismo e corrupção.
Apresentação dos principais escândalos de corrupção (com destaque para os que envolvem o Partido dos Trabalhadores).
Validação da atuação do jornalismo e da mídia como fiscalizadores do processo político.
Instituições e mecanismos de controle orientados a coibir e punir práticas ilícitas. Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral da União, Ministério Público Federal, Polícia Federal, Advocacia Geral da União, tribunais.
Agências internacionais e seu papel de auxílio no combate à corrupção.
Relatórios anuais, recomendações e índices da “Transparência Internacional” ( <i>Corruption Perception Index</i> e Barômetro Global da Corrupção).
Índice de Controle da Corrupção do Banco Mundial ( <i>Control of Corruption Index</i> ).
Convenções internacionais sobre o combate à corrupção.
Capital social, confiança no sistema de partidos, nas instituições políticas e na democracia e sua relação com a corrupção.
Entidades não estatais focadas na luta contra a corrupção: Instituto de Estudos Anticorrupção, Fóruns Permanentes de Combate à Corrupção, Movimentos Articulados de Combate à Corrupção e Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.
Lei da “ficha limpa” como conquista da cidadania.
Impacto dos escândalos de corrupção sobre o voto e o comportamento político mais geral e entre os simpatizantes do PT.
A “corrupção” como uma das maiores preocupações da população.
O tema “corrupção” no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral e nos debates.
Correlações, regressões multivariadas e relação entre corrupção e cultura política, educação, identificação partidária, regime político, desenhos institucionais (sistema eleitoral, legislação sobre financiamento de campanhas etc.), crescimento e desenvolvimento econômico, processo orçamentário e capacidade estatal.

Fonte: Elaboração própria.

Da leitura dos tópicos listados, destaca-se o fato de que praticamente não há qualquer problematização do tipo de enquadramento ou tratamento dado pela mídia aos casos de corrupção que esta divulga. Assim como tampouco há, nos textos rotulados como “convencionais”, qualquer questionamento sobre o próprio papel exercido pela grande mídia no processo. Quando esta aparece, sua atuação é simplesmente validada e tida como legítima, inexistindo qualquer preocupação por analisar o importantíssimo papel que a própria mídia desempenha no jogo político ou o papel que, como diz Pereyra (2019), as próprias alegações de corrupção assumem como recurso ou instrumento da luta política.

Outro elemento que chama a atenção nestes textos é o que diz respeito à aceitação acrítica do protagonismo alcançado pelo Judiciário, instituições internacionais e entidades não governamentais na definição e combate da corrupção. É fato que instituições como o Banco Mundial ou Transparência Internacional – criada em 1993 por iniciativa de Peter Eigen, um alto executivo dessa entidade – têm função de destaque na consagração do enfoque predominante em matéria de análise e combate ao fenômeno da corrupção e função primordial, também, na instalação do tema como assunto central da agenda pública. A organização Transparência Internacional, por exemplo, é responsável pelo *Corruption Perception Index*, cujas medições e *rankings* são amplamente divulgados pela mídia e habitual – e erroneamente – interpretados como fiel retrato da dimensão alcançada pela corrupção nos diferentes países. Divulgação e tipo de interpretação que, tautologicamente, acabam por reforçar a sensação de que a corrupção deve necessariamente ser tema central de preocupação cidadã. Isto em que pese o índice, na verdade, apenas apresentar a percepção do fenômeno da corrupção entre altos executivos e analistas e não a magnitude com que esta realmente ocorre nos países examinados por dita entidade internacional. O que se verifica, nos textos classificados como “convencionais”, é a menção ou utilização destas fontes, sem qualquer questionamento ou problematização.

Vale ainda ressaltar o fato de que nos textos filiados a esse enfoque há uma ênfase evidente na questão eleitoral ou na relação que a corrupção teria com as agremiações político-partidárias, com destaques elogiosos a institutos como a “Ficha-limpa”<sup>7</sup>. Resta pouco ou nulo espaço para a investigação do lugar que ocupam as grandes corporações empresariais nesses processos, sendo que, como bem diz Fogel (2018, s.p.), “atores privados não apenas sofrem com a corrupção, mas a geram ativamente”. Mas é algo que não se deveria estranhar, na medida em que isto ocorre não só no que tange ao tema específico aqui analisado, mas em boa parte dos assuntos abordados pela disciplina: a Ciência Política, nas suas vertentes majoritárias, costuma associar a atividade política apenas a partidos, a candidatos e a instituições político-estatais, desconsiderando que a disputa política se desenvolve também em outros cenários e com outros protagonistas, dentre os quais estão as empresas, os movimentos sociais e, como já dito, os veículos comunicação.

Quanto ao outro enfoque, os temas mais abordados podem ser resumidos nos seguintes oito tópicos (Tabela 6), acompanhados de algumas citações literais retiradas dos textos analisados que servem para explicar ou ilustrar o significado e importância de cada um deles:

---

<sup>7</sup> Completados 10 anos da sanção da “Lei da Ficha-limpa”, ainda está por ser realizado um estudo crítico desse dispositivo legal, que chame a atenção para seus nocivos efeitos políticos e, especialmente, para suas consequências altamente prejudiciais enquanto peça-chave do discurso hegemônico sobre a corrupção. A enorme quantidade de artigos e livros publicados sobre esta lei vem reforçar, de maneira fortemente majoritária, a elogiosa avaliação que ela recebeu desde o momento mesmo da sua apresentação ao Congresso, via iniciativa popular, fazendo com que alcançasse a nada frequente aprovação por quase unanimidade na Câmara (com apenas um voto contrário) e unanimidade no Senado.

**Tabela 6 – Enfoque heterodoxo: tópicos mais frequentes**

Tópico	Citações diretas
1. Estigmatização dos partidos populares	<p>[...] Lacerda e os udenistas recorriam fundamentalmente à ideia de corrupção para atacar seu principal adversário: o varguismo (Chaloub, 2018, p. 412).</p> <p>[...] scandals are means to an end—and that end is not cleaner politics, but redistributing political influence and resources (Damgaard, 2018, p. 130).</p> <p>A corrupção tornou-se equivalente a PT e governo Dilma [...] (Pinto, 2017, p. 150).</p>
2. Estreitamento do debate público e naturalização da ordem social	<p>[...] se pretendía des-historizar sobre las causas de la corrupción en el país [...], focalizando para su explicación exclusivamente en factores como la honestidad y la decencia de los políticos. Se pretendía excluir así otras interpretaciones que pudieran conducir a una indagación sobre las causas estructurales de la corrupción en la sociedad brasileña, que pudieran remitir [...] a las apropiaciones históricas de las clases dominantes (Goldstein, 2017, p. 401).</p> <p>[...] la moralización de la política contribuiría [...] para la naturalización del orden social, garantizando la exclusión de otras problemáticas de la agenda pública (Goldstein, 2017, p. 411-412).</p> <p>Desde el triunfo de Jânio Quadros [...] la moralización ha llevado en distintos períodos históricos a una clausura del debate público sobre la desigualdad (Goldstein, 2017, p. 431).</p> <p>[...] ao se enfatizar o combate moralista contra o governo, conferia-se uma suposta universalidade a essa luta e, com isso, mascarava-se o conteúdo de classe das propostas em confronto [...] (Martuscelli, 2010, p. 561).</p> <p>[...] preponderância, para utilizar uma terminologia gramsciana, da pequena política sobre a grande política (Valente, 2009, p. 119).</p>
3. Criminalização da política e demonização do Estado	<p>[O pretorianismo judicial] desembocou [na] criminalização da atividade política que coloca em risco a democracia brasileira (Avritzer e Marona, 2017, p. 392).</p> <p>[...] J. A. Giannotti manifestava preocupações semelhantes: “Preocupo-me com os ares de moralismo irracional e desvairado que, em nome da moral, nega a legitimidade da política [...]” (Rodríguez, 2016, p. 71).</p> <p>[...] um contínuo da vida política brasileira são esses momentos de expiação ética [...], como resposta ao consenso de que a corrupção é o maior dos males da política ou, mais grave ainda, constitutiva da atividade política (Almeida, 2019, p. 201).</p> <p>[...] o tom predominante nas denúncias de corrupção é essencialmente moralista e despolitizado (Ballestrin, 2012, p. 228).</p> <p>[...] a possibilidade de superação da corrupção encontra-se fora do sistema político. E, para parte da opinião pública, a corrupção é combatida mais com a ação das “pessoas de bem” do que por meio de controle social e mecanismos institucionais (Almeida, 2019, p. 201).</p> <p>O Estado passa a ser o espaço da corrupção – “da ineficiência, do roubo e da politicagem” e a sociedade civil (aqui incluindo o mercado) o da virtude – “do trabalho, da eficiência, e da honestidade” (p. 51). Transparência, boa gestão e lisura se afastam da ideia de funcionalismo público no Brasil, historicamente associado ao “empreguismo, protecionismo e pouco trabalho” (p. 112) (Ballestrin, 2012, p. 228).</p> <p>A própria necessidade da existência da “política” e de “políticos” passa a ser questionada, pois “todos são corruptos” e “assim sempre será”. [...] isso pode descambar para uma descrença no próprio regime democrático [...] (Ballestrin, 2012, p. 228-229).</p> <p>De uma operação Satiagraha a outra, passando por mensalões, atos ultrassecrets e pela espetacularização dos desvios de recursos públicos, a mensagem enviada à população brasileira, em uníssono, é: nossas instituições representativas estão desmoralizadas e deslegitimadas. A overdose de denúncias de corrupção [...] cria no imaginário popular a sensação de que tal prática tornou-se tão cotidiana e constante a ponto de contaminar toda a política. Ou seja, a corrupção é algo natural ao Estado e aos políticos brasileiros que, portanto, não são dignos ou capazes de participar do jogo democrático e decidir os rumos da nação (Valente, 2009, p. 120).</p>

Tópico	Citações diretas
<p>4. Preconceito contra as classes populares e exaltação do suposto virtuosismo das classes médias</p>	<p>Existe uma relação entre a caracterização do Programa [Bolsa Família] como assistencialista e populista e a compreensão de que parte do eleitorado brasileiro é manipulável e, portanto, não <i>escolhe</i> de maneira autônoma a quem dará seu voto. Esse enquadramento se conecta diretamente ao problema [...] da relação entre os meios de comunicação e a definição do comportamento dos eleitores, remetendo a outros aspectos do noticiário: as denúncias de corrupção. Há, assim, uma avaliação negativa da correspondência entre o Bolsa Família e o voto em Lula, que seria um desdobramento da falta de informação e de decisões orientadas pela obtenção de vantagens pessoais e pontuais (Biroli e Mantovani, 2010, p. 103).</p> <p>As camadas médias tradicionais nutrem o preconceito de que a falta de instrução das camadas populares as levaria a aceitar a corrupção [...] em troca de benefícios (Singer, 2013, p. 35).</p> <p>“Pessoas de bem” foi um mote bastante empregado por Bolsonaro para identificar brasileiros honestos e trabalhadores que são vítimas da violência, do crime e da corrupção no Estado (Almeida, 2019, p. 201).</p> <p>Para [Céli Pinto], as classes médias são “portadoras de um discurso moralista, anticorrupção, conservador e não igualitário, uma vez que se sentem portadoras de direitos diferenciados; acreditam que seu <i>status</i> advém de mérito próprio em relação aos de baixo. São antipolítica, anti-Estado” (Ballestrin, 2012, p. 230-231).</p>
<p>5. Reafirmação do neoliberalismo como senso comum dominante e exaltação do mercado</p>	<p>[...] progressivo esvaziamento do debate em torno da política econômica do governo Collor, em proveito do discurso contra a corrupção [...] e da defesa da ética na política (Martuscelli, 2010, p. 559).</p> <p>[...] em um momento de publicidade de casos de corrupção de um governo identificado como popular, [...] o combate à corrupção [se torna] equivalente a [...] Estado mínimo, mercado e liberalismo econômico (Pinto, 2017, p. 126).</p> <p>[...] indivíduos e grupos de convicções liberais tendem a defender com toda a ênfase medidas de <i>compliance</i> que atribuem ao mercado o dever de prevenir e combater a corrupção, posição que se confunde com a sua visão normativa sobre o papel que o Estado deve ter (Rodríguez, 2016, p. 64).</p> <p>O discurso a favor do “Estado mínimo” ancora-se, em grande medida, na recusa da corrupção, dos privilégios e da morosidade do setor público mais do que no apoio às agendas neoliberais, que têm pouco apelo popular (Almeida, 2019, p. 208).</p>
<p>6. Protagonismo das organizações internacionais na propagação do discurso “anticorrupção”</p>	<p>[...] relações que se estabelecem entre organizações norte-americanas instituídas no começo dos anos 80 e sua articulação com organizações na América Latina, com o objetivo de não apenas renovar a ordem capitalista no continente, mas desenvolvê-la conforme os interesses estratégicos do governo e das corporações dos EUA (Minella, 2009, p. 32).</p> <p>As associações empresariais [assumem] um papel central na definição das políticas públicas [...] promovem “um sentido comum” de natureza neoliberal (Minella, 2009, p. 32).</p> <p>[...] a atuação do NED e de suas quatro organizações foi em parte desenvolvida no passado, através da CIA [...] para interferir nos processos políticos locais e contribuiu para desestabilizar e derrubar governos na região (Minella, 2009, p. 32).</p> <p>Os principais programas de ação incluem: a) o combate à corrupção; b) a promoção da governança corporativa; c) reformas institucionais [...]; e) promoção da governança democrática; [...] i) acesso à informação, para alcançar maior transparência no governo, na divulgação e no entendimento dos princípios democráticos orientados para o mercado (Minella, 2009, p. 19-20).</p> <p>[...] há o possível efeito de inclinações ideológicas. O caso do Chile tem sido apontado como exemplo. A partir do momento em que esse país passou a adotar uma política comercial alinhada com os EUA, passou a ascender no Índice de Percepções de Corrupção da <i>Transparency International</i> (Abramo, 2005, p. 34).</p>

Tópico	Citações diretas
7. Manipulação populista da corrupção, tida como fonte de todos os males do país	<p>A corrupção [...] explicava boa parte das mazelas nacionais e se colocava como principal obstáculo para a superação da crise que assolava o país (Chaloub, 2018, p. 412).</p> <p>[...] a palavra “corrupção” parece designar todas as mazelas do país e não um problema específico entre tantos outros [...] (Rodríguez, 2016, p. 65).</p> <p>[...] proponía de forma simplista que los problemas del mismo estarían solucionados cuando acabara la “corrupción” de los políticos (Goldstein, 2017, p. 407).</p> <p>A vantagem da bandeira anticorrupção é que ela penetra em todas as camadas sociais, pois flui com facilidade pelo senso comum. Quem pode ser a favor da corrupção? (Singer, 2013, p. 35).</p> <p>[...] a direita estabelece uma relação entre a corrupção e as carências sociais, buscando convencer os setores populares de que se ela fosse varrida para fora da casa haveria recursos para todos viverem bem (Singer, 2013, p. 35).</p> <p>[...] O que parece ser peculiarmente brasileiro é a manipulação populista da corrupção como tema central do debate político, num país tão carente de discussões públicas de fundo sobre escolhas coletivas fundamentais (Souza, 2001, p. 57).</p> <p>A campanha [do Governo de Fox, no México] tem forte caráter moralizante, chegando ao extremo de condenar a “cola” escolar e a mentira como atos de corrupção, classificáveis na mesma categoria de fraudes tributárias, direcionamento de licitações públicas, etc. (Abramo, 2005, p. 36).</p> <p>A revolta contra a corrupção é marcada pela seletividade, mas também pelo maniqueísmo. A corrupção não é entendida como um produto das relações do poder político com o poder econômico, mas como um desvio de pessoas sem caráter (Miguel e Coutinho, 2007, p. 121).</p>
8. Consagração do Judiciário e da grande mídia como instâncias “suprapolíticas”	<p>[...] deu asas à pretensão das fortalecidas instituições judiciais (do Poder Judiciário e, particularmente, do Ministério Público) de [...] disputar a representação do interesse público, o que, em um cenário de desvelamento, controle e combate crescentes da corrupção, estabeleceu um quadro de <i>petrorianismo judicial</i> que traz severas máculas à democracia brasileira (Avritzer e Marona, 2017, p. 363).</p> <p>[Segundo o discurso dominante é] melhor deixar essa tarefa [a decisão dos rumos da nação] para o Judiciário, a imprensa e a própria iniciativa privada (Valente, 2009, p. 120).</p> <p>Os meios de comunicação se autoelegem como uma espécie de quarto poder neutro e fiscalizador, enfatizando o mau caráter e a falta de ética individual permitida pela impunidade institucional. [...] (Ballestrin, 2012, p. 228).</p>

Fonte: Elaboração própria.

Com relação ao primeiro tópico (“Estigmatização dos partidos populares”), vale destacar que o denunciamento e indignação moral seletivos estão entre as características mais salientes do discurso anticorrupção, fato que costuma passar despercebido aos cientistas políticos que cultivam o enfoque “convencional”. Uma seletividade ou viés que se expressa na escolha recorrente, como alvo das denúncias, de partidos e governos de matriz popular, o que serve, como adverte Fogel (2018), para dar vazão a sentimentos mais dificilmente confessáveis, ligados ao sexismo, racismo e preconceitos antipobre. E não porque a corrupção não faça parte, também, do dia a dia de agremiações e governos conservadores ou neoliberais. Trata-se de uma seleção que é fruto de escolhas deliberadas, processadas em âmbitos que vão muito além da Ciência Política, mas que acabam por influenciar na definição da agenda e na delimitação dos objetos empíricos mais abordados pela disciplina. O que se expressa, por exemplo, no fato de que o Partido dos Trabalhadores e as presidências de Lula da Silva e de Dilma Rousseff sejam vinculados a escândalos de corrupção em 32 dos textos “centrais” caracterizados como “convencionais”, enquanto os governos de Fernando Henrique Cardoso

aparecem mencionados apenas em um único artigo, que faz rápida menção ao que o Rodrigues (2019), seu autor, define como “privataria Tucana” como exemplo da corrupção existente no país<sup>8</sup>.

Vale ressaltar, que essa seletividade se expressa, também, num segundo sentido, poucas vezes levado em consideração, mesmo em análises mais críticas: aquele que, como adverte Boito (2014, s.p.), “consiste em denunciar os casos de corrupção que envolvem empresas, instituições e lideranças que desempenham um papel importante na política neodesenvolvimentista [...]”. Não se trata de um ponto menor e pode, muito bem, jogar luz sobre os interesses em disputa e a participação de atores de peso nacionais e principalmente estrangeiros na insistente denúncia de certos fatos e no sistemático silenciamento de outros, tão ou mais graves. Como explicar, senão, que no caso brasileiro, nestes últimos anos, haja, por exemplo, repetidas denúncias envolvendo empresas estratégicas como a Petrobrás ou grandes empreiteiras nacionais e nunca se levante qualquer suspeita sobre a atuação do Banco Central e seus estreitos vínculos com as grandes entidades financeiras que dominam o mercado<sup>9</sup>? Tais temas também costumam passar ao largo do foco de interesse da Ciência Política praticada por estas latitudes. Assim como passam ao largo assuntos que tenham relação, por exemplo, com a questão da dívida pública.

Já no que se refere ao segundo tópico (“Estreitamento do debate público e naturalização da ordem social”), parece oportuno ressaltar o papel ideológico desempenhado pelo discurso de “luta contra a corrupção” enquanto encobridor da realidade social. Conforme destacado nos próprios extratos reproduzidos na tabela acima, este discurso visa reforçar o processo de desconexão “causa-efeito” e desviar, assim, a atenção de questões fundamentais realmente explicativas dos grandes problemas nacionais. Os próprios mecanismos estruturais que produzem a corrupção sistêmica são simplesmente ignorados, o que – como bem indica Fogel (2018) – ironicamente termina por facilitar a ascensão ao governo de figuras externas à política estabelecida, notoriamente corruptas, como Trump ou Berlusconi, naquilo que Souza (2018, p. 49) define como um verdadeiro processo de “sequestro da inteligência e da capacidade reflexiva dos homens e mulheres comuns”. As causas da opressão e da exploração social tornam-se, simplesmente, invisíveis.

É realmente notável o contraste, por exemplo, entre o número de publicações dedicadas ao tema da corrupção e a quase nula atenção dada, no seio da Ciência Política brasileira, a assuntos como o da dívida – acima mencionada – e a outras questões estruturais de análoga importância. Vale registrar, todavia, que não se trata de um fenômeno exclusivamente nacional. Em outras latitudes este viés se repete, a começar pela Ciência Política estadunidense, que serve de modelo para a forma que adota a disciplina em muitos outros países (Feres Jr., 2000) e, em especial, nos latino-americanos. Daí que, na linha do que questionam Tavares e Oliveira (2016, p. 40), “à dúvida sobre a presença de um calcanhar metodológico [se some] a certeza de um calcanhar temático”, fruto de uma certa “miopia da política” (Bringel *apud* Tavares e Oliveira, 2016, p. 17), que deixa de fora o que vá além da dimensão político-institucional em sua acepção mais convencional, levando a uma certa atrofia do

---

<sup>8</sup> Dos outros governos pós-ditadura, o que merece mais destaque, como esperável, é o do Fernando Collor. Dos artigos que têm como central o tema da corrupção e que aqui foram classificados como “convencionais”, são 19 os que fazem referência aos escândalos de corrupção do seu governo, enquanto o do José Sarney mereceu duas menções e o do Itamar Franco, nenhuma.

<sup>9</sup> É bom sublinhar que não se trata de negar os episódios de corrupção ocorridos em ditas empresas nem de minimizar sua gravidade, mas sim de questionar a seletividade/intencionalidade de tais denúncias.

espectro cognitivo da politologia em suas vertentes dominantes (Tavares e Oliveira, 2016, p. 30)<sup>10</sup>.

Quanto ao terceiro tópico (“Criminalização da política e demonização do Estado”), resulta interessante observar quão pouco presente se faz esta questão nas investigações filiadas ao enfoque “convencional”. Inclusive, indo mais longe, pode se notar que boa parcela das próprias pesquisas e publicações da Ciência Política que abordam o tema da corrupção colocam – como já dito – a lupa sobre as agremiações partidárias, os dirigentes políticos e o Estado. O que as leva a contribuir – mesmo que muitas vezes de forma não intencional – com a associação, tão presente no senso comum, entre tais entidades e o fenômeno da corrupção. As próprias perguntas formuladas nas pesquisas de opinião que incluem este assunto costumam direcionar as respostas dos entrevistados para esta estreita identificação entre corrupção e agentes públicos, sem qualquer indagação a respeito do denunciamento seletivo, do viés da mídia nestes processos, da corrupção no mundo empresarial ou da instrumentalização da justiça. Pareceria que, para parcela expressiva dos autores dos textos recuperados na presente pesquisa, o “discurso de luta contra a corrupção” não teria qualquer responsabilidade nem influência sobre a degradação ou criminalização da atividade política e da esfera estatal. O que chama muito a atenção, sobretudo quando se leva em consideração que tal dispositivo discursivo se tornou uma variável crucial da luta política e, portanto, essencial para a compreensão dos atuais processos de desdemocratização. E essencial, também, para uma melhor apreensão do próprio fenômeno da corrupção e de seu eventual crescimento, promovido pelos mesmos atores sócio-políticos que, com cinismo, levantam o “discurso contra a corrupção” como uma das suas principais bandeiras de luta política.

Isto porque, como, com acerto, aponta Fogel (2018, s.p.),

Ironicamente, ao remover da política os freios e os contrapesos da responsabilidade democrática, a política anticorrupção tecnocrática leva exatamente à desilusão com a política, o qual ajuda a corrupção a prosperar. Isola os funcionários corruptos de terem que prestar contas às massas e deixa a gestão da política corrupta nas mãos do setor privado, que com frequência não tem interesse em combater a corrupção.

Ainda com relação à demonização do Estado, o foco na “*rent-seeking*”, como diz Polzer (2001), dá asas à desconfiança popular e estimula a concentrar a atenção sobre o problema “corrupção” quase que exclusivamente no setor público (Hindess, 2005). O Estado é sindicado, então, como fonte primigênia da corrupção (Kola, 2019). “Dentro de uma ideologia neoliberal, em que conceitos centrais como concorrência e mercado livre são vistos como as principais fontes de desenvolvimento socioeconômico, a corrupção está mais associada ao setor público do que ao setor privado” (Kajsiu e Restrepo, 2020, p. 192). É assim, então, que a criminalização do Estado aparece como crucial para esse projeto, dado que como “não se pode justificar a rapina direta das classes populares e da massa da classe média pela elite, [se neutraliza] o único instrumento de defesa eficaz dessas classes” (Souza, 2018, p. 125-126). Estado, funcionalismo público e atividade política tornam-se os grandes vilões.

---

<sup>10</sup> Mokhiber e Weissman (*apud* Feres Jr., 2000), em pesquisa realizada sobre os trabalhos apresentados ao encontro anual da *American Political Science Association*, constataram que tão somente 3,6% tratavam, de forma central ou marginal, do poder do capital, do poder político das grandes corporações, no que constitui um claro exemplo das lacunas que sofre a disciplina e de seus “temas-tabu”. Sobre o assunto recomenda-se, também, a leitura de Boron (2006) e Rampinelli e Ouriques (2011).

O conceito de corrupção hoje hegemônico transmite, portanto, uma profunda desconfiança face ao Estado e à ação política, numa definição cujas raízes remontam ao período pré-democrático europeu, quando os reformadores procuravam proteger os direitos individuais contra as monarquias absolutas e contra um Estado avassalador (Warren *apud* Larmour, 2011). Daí que apareça, de forma recorrente, a ideia de que a sociedade e o mercado devam lutar contra o alcance tirânico do governo (Hindess, 1997). A política, assim, não é considerada como algo que poderia vir a ser corrompido, mas como uma esfera fatalmente corrompida da atividade pública (Hindess, 1997). Todo o qual contribui para o sentimento de que “a política não é mais um veículo para mudanças significativas [e de que] qualquer tentativa de exercer mudanças através da política será inevitavelmente vítima de corrupção, [...] e apenas alguém ou algo fora do sistema será capaz de realizar mudanças significativas” (Fogel, 2018, s.p.).

No que diz respeito ao quarto tópico (“Preconceito contra as classes populares e exaltação do suposto virtuosismo das classes médias”), trata-se de uma dimensão de grande relevância, muito presente no discurso veiculado pela grande mídia e que leva à recorrente discriminação contra as classes populares e suas escolhas (Felício, 2010; Comim, 2021; Moraes, 2021). Haveria, neste discurso, um desejo latente, não muito dissimulado, de retorno às restrições censitárias e ao voto qualificado, avalizado pelos setores médios que, como assinala Souza (2018, p. 17), se veem como “A classe do ‘individualismo ético’ por excelência”, formada por pessoas que tendem a achar que suas “[...] ideias morais são criadas [por elas próprias], individualmente, como se cada pessoa tivesse seus próprios valores morais, tal como cada um tem sua bicicleta, seu carro ou apartamento” (Souza, 2018, p. 30).

Aqui, novamente, vale destacar o fato de que, no conjunto de textos categorizados como pertencentes ao enfoque “convencional”, há mais de um que reproduz esta associação entre dependência econômica e tendência a um menor grau de moralidade nas escolhas políticas. Uma associação que está em sintonia com o que postulavam liberais do século XIX como Benjamin Constant, Alexis de Tocqueville ou até John Stuart Mill e seus reparos à participação das classes populares na vida política, especialmente os temores que estes expressavam ante a possibilidade de incorporação à cidadania política dos beneficiários da assistência pública e dos que não estavam em condições de pagar impostos. Este *ethos* de classe média, do qual estão imbuídos muitos cientistas políticos que, de forma majoritária, fazem parte dessa classe, costuma ser altamente receptivo ao “anticorrupcionismo” e à repetição de chavões que vinculam voto em corruptos com o fato de ser beneficiário das políticas sociais governamentais. Quando na verdade o que há, com alta frequência, por trás do “moralismo de fachada” contra a “corrupção seletiva” (Souza, 2018), é um forte sentimento aporofóbico ou de ódio aos pobres<sup>11</sup>. Um tipo de discurso que

encontra terreno ideal na classe média tradicional e conservadora [ , pois] permite articular e expressar tanto o ódio aos pobres – que “viveriam” da política – como [afirmar] sua superioridade moral em relação às outras classes, [tanto na comparação

---

<sup>11</sup> Só por mencionar um dos tantos exemplos que ilustram tais preconceitos: a capa da revista *Veja* de 16 de agosto de 2006. Nela observamos a foto de uma jovem, negra, e junto o seguinte texto: “Nordestina, 27 anos, educação média, R\$ 450 por mês, Gilmar Cerqueira retrata o eleitor que será o fiel da balança nas eleições em outubro. ELA PODE DECIDIR A ELEIÇÃO”. Valeria se perguntar se, de forma subliminar, a revista não estaria clamando pelo fim do sufrágio universal e igualitário. Com relação à aporofobia, sugere-se a leitura de Puyrredón e Santomassimo (2019) e Bertoglio (2019).

com as] elites hipócritas, que só pensam em dinheiro, quanto dos pobres manipulados pelo populismo (Souza, 2018, p. 254).

Ainda com relação às classes médias, resulta quanto menos curiosa a pouca atenção dada pela Ciência Política a esse repentino surto de interesse pela política e pela mobilização que tomou conta de amplas parcelas desses setores sociais. Um tipo de fenômeno que cresceu nos últimos anos não apenas no Brasil, mas também em vários outros países, sempre motivado pelo chamariz da corrupção dos governos populares, denunciada à exaustão pela grande mídia. De fato, pouco se encontra, na produção acadêmica da disciplina, sobre esses processos de indução a uma politização rebaixada e o papel de destaque que cabe em tais processos aos veículos midiáticos hegemônicos. Assim como é muito escassa – aqui e alhures – a reflexão mais específica sobre como foi que o tema da corrupção conquistou o lugar central que ocupa no debate público.

Quanto ao quinto tópico incluído na Tabela 6 (“Reafirmação do senso comum neoliberal e exaltação do mercado”), este remete ao esvaziamento da discussão política e à naturalização da política econômica neoliberal e da retirada do Estado da esfera social. Resulta interessante, neste caso, destacar o fato de que não há, nos textos “convencionais” analisados neste artigo, qualquer preocupação pela forte inter-relação que se estabelece, na política real, entre a onipresença do discurso de “luta contra a corrupção” ou da “indústria anticorrupção” (Sampson, 2015) e o predomínio do ideário neoliberal. Uma inter-relação explicitada por Boito (2014) quando diz que a retórica anticorrupção permite dissimular os verdadeiros objetivos que se escondem por detrás dela, operando assim como uma eficiente estratégia na obtenção de apoio para bandeiras impopulares. A própria criminalização da política e do Estado, acima apontadas, já prefiguram este tipo de associação que parece não preocupar à maioria dos cientistas políticos que se debruçam sobre o tema da corrupção.

O vínculo entre a teoria neoliberal e o surgimento das campanhas anticorrupção é pouco explorado, mesmo entre os filiados ao enfoque “heterodoxo”, em que pese constituir um tema de vultosa importância. Para Barry Hindess (2005, p. 1391), “ali onde o Banco Mundial se vale do problema da pobreza para legitimar suas iniciativas de boa governança, Transparência Internacional apela ao problema da corrupção como cavalo de Troia para promover grandes programas de reforma social e governamental”. “A reestruturação neoliberal dos estados, orientada pelos princípios de transparência e boa governança, viu-se legitimada como requisito no combate à corrupção nos países do Sul e nos chamados países em ‘transição’” (Bedirhanoglu, 2007, p. 1239), facilitada inclusive pela falta de interpretações críticas e alternativas. Há nexos estreitos e evidentes entre as políticas promovidas pelas mal chamadas agências multilaterais – “dado o unilateral predomínio de que gozam nelas os Estados Unidos” (Boron, 2006) – e a onipresença que ganham as campanhas anticorrupção nos mais diversos países. São nexos, porém, que passam despercebidos.

Fazendo referência ao caso da Albânia<sup>12</sup>, Kola (2019) observa que, ao indicarem a corrupção como a principal causa dos fracassos políticos, econômicos e sociais, os atores internacionais e locais buscam livrar da responsabilidade que lhe cabe em tais fracassos à política neoliberal implementada naquele país desde o colapso do regime comunista. O que, para Kola (2019, s.p.), por sua vez facilitou

---

<sup>12</sup> Poder-se-ia argumentar que o caso albanês ou o turco, analisado por Bedirhanoglu (2007), pouco têm a ver com a realidade brasileira. Porém, e independente das grandes diferenças entre os países, sua menção torna explícito até que ponto o discurso anticorrupção ganha escala universal.

a intensificação da aplicação de tal política, pois esta supostamente serviria para combater a corrupção, tida como sintoma dos males do setor público: “O discurso da corrupção que surgiu no cenário político albanês serviu para legitimar e instituir a ordem neoliberal”. A apresentação da corrupção como característica intrínseca do próprio Estado é, assim, adotada como uma estratégia política consciente e bem-sucedida na implementação da agenda privatizadora e desregulamentadora neoliberal de desmonte estatal (Bedirhanoglu, 2007; Kajsiiu e Restrepo, 2020). Sabe-se que no cerne do neoliberalismo está o mantra simplista de “privado = bom e público = ruim” (Rose-Sender e Goodwin, 2009), num tipo de associação que, sem dúvidas, se vê facilitada pela expansão do discurso anticorrupção. Isto apesar de que, como assinala Bedirhanoglu (2007, p. 1243), “contrariamente a esses argumentos que propõem políticas neoliberais como remédio para a corrupção, haja estudos empíricos que associam o agravamento da corrupção nos países em desenvolvimento desde os anos ’90 à implementação das próprias reformas neoliberais”.

No que tange ao “Protagonismo das organizações internacionais na propagação do discurso ‘anticorrupção’” – sexto tópico na Tabela 6 –, para além do já assinalado, resulta oportuno ressaltar que tais organizações costumam promover projetos de lei, regulações, códigos de boas práticas e conduta, certificações e consultorias que atravessam fronteiras e ajudam, assim, a construir a internacionalização do discurso anticorrupção em função de padrões ocidentais, dando lugar a uma hegemonia de alcance planetário<sup>13</sup>.

E não é necessário aderir a teorias conspiratórias para reconhecer a existência de planos muito bem orquestrados que levaram à instalação do “anticorrupcionismo” ao lugar de peça-chave dos discursos político e econômico. De tópico pouco considerado pelos setores acadêmicos, nos anos ’90 o tema da corrupção foi promovido ao status de “o maior inibidor do desenvolvimento econômico equitativo”, em palavras de James Wolfensohn, então Presidente do Banco Mundial (Polzer, 2001, p. 2). O que levou a que fosse adotado como componente-chave da política de desenvolvimento pelo Banco, assim como pelo FMI e a ONU. Sendo mais preciso, o ponto de largada decisivo para a generalização da preocupação pelo assunto da corrupção ocorreu na Reunião Geral Anual do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional de 1996, quando Wolfensohn e Michael Camdessus, na época Diretor-Gerente do FMI, anunciaram seu compromisso público no combate à corrupção e declararam que, a partir de então, usariam sua influência de doadores para acabar com o “flagelo”. Tais declarações deram o ímpeto para o desenvolvimento de toda uma estrutura dentro do Banco Mundial orientada à luta contra a corrupção, incluindo o oferecimento de módulos de treinamento anticorrupção para funcionários dos “governos-clientes” e a introdução de condicionalidades ligadas ao combate à corrupção para a concessão de empréstimos (Polzer, 2001; De Maria, 2005).

A partir de então, a interpretação claramente dominante sobre problemas de falta de desenvolvimento e crescimento econômico dos países atendidos por ditas entidades concentrou-se em questões de “*rent-seeking*” dos governos e falhas na implementação de agendas de “boa governança” (Rose-Sender e Goodwin, 2009). E a resposta, como mencionado no tópico anterior, não podia ser mais explícita: para o Banco Mundial “A desregulamentação e a expansão dos mercados

---

<sup>13</sup> As medidas anticorrupção minam a soberania dos países da periferia de uma maneira que seria inaceitável para os países centrais (Rose-Sender e Goodwin, 2009; Hindess, 2005) e expressam a arrogância e hipocrisia ocidentais em sua relação com o Sul Global (Brown e Cloke, 2004; Rose-Sender e Goodwin, 2009; Gebel, 2012). Todavia, como adverte De Maria (2005), são pouquíssimas as investigações orientadas a identificar as aspirações neocolonialistas incorporadas nos pacotes anticorrupção.

são ferramentas poderosas para controlar a corrupção, e o banco continuará incentivando os governos a perseguir esses objetivos” (World Bank, 1997, p. 35). Na mesma linha do apregoado pela Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a qual argumentaria que “quanto mais atividades os funcionários públicos controlam ou regulam, mais oportunidades existem para a corrupção” (USAID *apud* Kola, 2019, s.p.), motivo pelo qual a principal recomendação era limitar as competências estatais por meio da privatização. “O mercado é visto como a saída de tudo e o Estado sempre associado a corrupção” (Souza, 2018, p. 227). Eis, então, mais uma vez, uma dimensão que costuma não entrar no radar das correntes majoritárias da Ciência Política, em que pese a importância que a atuação destas entidades tem no campo das Relações Internacionais e no âmbito interno dos países em que atuam, tanto na difusão ideológica quanto na articulação política<sup>14</sup>.

O tópico elencado a seguir, na Tabela 6 – “Manipulação populista da corrupção, tida como fonte de todos os males do país” –, toca num ponto também de grande relevância, que diz respeito ao papel que o discurso “anticorrupção” desempenha nos processos de manipulação em grande escala que vêm acontecendo no Brasil nos últimos anos. Não são poucos os textos agrupados sob o rótulo de enfoque “convencional” que fazem eco deste dispositivo discursivo. Isto acontece tanto nos textos que explicitamente afirmam que a corrupção constituiria um dos principais problemas do país, quanto naqueles outros que fazem referência a resultados de pesquisas de opinião que apresentam a corrupção como um dos temas mais preocupantes para o país. Num tipo de alegação hiperbólica tão naturalizada, mesmo no ambiente da academia, que faz com que, como assinalam Rose-Sender e Goodwin (2009, p. 1)

argumentar contra a [possibilidade de que a] corrupção seja vista como um mal social de proporções gigantescas é como argumentar contra o Natal ou a favor de afogar gatinhos. O que parece situar automaticamente a quem faz [tal questionamento] no lado errado de qualquer debate.

Trata-se de um dispositivo discursivo que tem dado lugar a processos de “infantilização e [...] bloqueio da capacidade de reflexão, [...] à fabricação de] contos de fadas para adultos [...]”, dando como resultado “a difusão da crença de que existem pessoas do bem, de um lado, e pessoas do mal, de outro” (Souza, 2018, p. 58-59). Expandem-se, com ele, o “empreendedorismo moralizante” (Sampson, 2015) e as cruzadas despolitizadoras que prometem soluções simples ou, melhor, simplistas, para os complexos problemas sociais. Gera-se, assim, com a imposição de oposições binárias entre o bem o mal, a “Ilusão de que a vida em sociedade, com toda a sua complexidade, é de fácil compreensão” (Souza, 2018, p. 14). Como se tudo passasse pela escolha de dirigentes políticos honestos e as raízes de tais problemas se encontrassem, apenas, no comportamento individual, que bem poderia ser modificado mediante a mera implementação dos controles e incentivos adequados. Um tipo de moralismo demagógico e antipolítico para o qual a solução para os grandes problemas do país se resumiria “à expulsão dos bandidos dos seus cargos” (Fogel, 2018, s.p.)<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Exemplo paradigmático é o da “Operação Lava Jato”, levada adiante por juízes e promotores formados em cursos de cooperação “técnica” realizados nos EUA, num símil com o que acontecia em outras épocas com a formação dos quadros militares na Escola das Américas.

<sup>15</sup> É digno de nota o retrato do fenômeno feito pela escola de samba “Paraíso da Tuiuti”, no Carnaval do Rio de Janeiro de 2018. No desfile, o bloco dos “manifestoches” e o “vampirão neoliberal” conseguiu traduzir, com mais clareza que muitas análises oferecidas pela Ciência Política, o papel do “moralismo demagógico” no jogo político, com a criação do

Vale aqui citar também as considerações de Luis Felipe Miguel (2019, p. 67) sobre o assunto, quando assinala que,

A luta contra a corrupção e a denúncia dos privilégios de agentes do Estado elidem os principais eixos do conflito social e permitem atingir um público despolitizado. Como regra, a relação entre a corrupção e o funcionamento da economia capitalista é deixada de lado, em prol de um enquadramento voltado para a punição dos culpados. Em vez de se discutir a dominação e a exploração, [...] discute-se uma falha moral. A disputa política, em que projetos de sociedade se enfrentam, é substituída pelo combate entre o bem e o mal, de uma maneira que não permite ambivalências: afinal, quem pode ser a favor do desvio de dinheiro público?

Por último, os fragmentos reproduzidos dentro do tópico oitavo, “Consagração do Judiciário e da grande mídia como instâncias suprapolíticas”, trazem importantes alertas a respeito dos perigos que entranha, para o processo democrático, a substituição dos poderes eleitos pelo pretorianismo judicial e o papel pretensamente fiscalizador desempenhado pela grande mídia. Tanto num caso quanto no outro, e sempre se apoiando no discurso “anticorrupção”, o judiciário e as corporações midiáticas tornam-se causa e consequência do avanço da antipolítica e da crescente desconfiança pública, o que abre espaço, como já assinalado, ao tipo de fenômenos sociopolíticos como o que vem se desenvolvendo hoje no Brasil. Mais uma vez, vale insistir: a Ciência Política, em suas correntes predominantes, parece não prestar atenção a questões políticas de primeira grandeza, preocupada, como está, em oferecer indicadores, métodos de avaliação e de combate ao fenômeno da corrupção a partir dos moldes proporcionados pelas agências internacionais.

A comparação das duas tabelas possibilita uma melhor compreensão das importantes diferenças que existem entre os dois enfoques: por um lado torna mais evidente a maior sintonia que o primeiro deles tem com o discurso sobre a corrupção predominante na sociedade brasileira e, por outro, denota a maior criticidade que oferece o enfoque “heterodoxo”. Todavia, neste último caso, chama a atenção que em nenhum dos textos assim classificados se faça uso do termo *lawfare*. Talvez pelo fato da sua utilização ser bastante recente ou por ser uma expressão que fica restrita a autores mais vinculados ao campo jurídico. Seja como for, das citações acima transcritas resta evidente a crítica que seus autores formulam ao uso que se costuma fazer dos dispositivos “honestistas” ou “anticorrupcionistas”<sup>16</sup>.

## 5 Considerações finais

Do exposto, pode-se concluir que, em que pese o tema da corrupção gozar de um lugar de destaque na produção da Ciência Política brasileira, são francamente minoritários os textos que oferecem uma leitura crítica do discurso dominante. O que coincide com o que ocorre em muitos outros países, nos quais “Um número crescente de artigos acadêmicos e notícias publicadas na mídia desde meados da década de ’90 contribuiu decisivamente para esse discurso, enquanto as abordagens críticas ao discurso sobre a corrupção permaneceram bastante limitadas” (Bedirhanoğlu, 2007, p. 1239). A

---

caldo de cultivo que tornou possível tanto o golpe de 2016 quanto o resultado da viciada eleição presidencial realizada dois anos depois.

<sup>16</sup> Para maiores informações sobre o significado destes neologismos, ver, respectivamente, Vitullo (2012) e Rose-Sender e Goodwin (2009).

expressiva maioria dos artigos recuperados nesta pesquisa parece não conseguir se distanciar da interpretação da corrupção que difundem a grande mídia e as organizações dedicadas ao combate deste fenômeno nem denunciar a funcionalidade que o anticorrupcionismo tem para com a implementação do receituário neoliberal. Este não distanciamento pode terminar ironicamente por contribuir, mesmo que involuntariamente, ao processo de crescente desorientação e apatia popular. Não só a corrupção, mas especialmente o discurso contra ela, acabam, amiúde, por reforçar o clima de desconfiança e o senso comum desmoralizador e criminalizador da atividade política hoje dominantes. Um senso comum que preparou o terreno para a irrupção dos repudiáveis fenômenos sociopolíticos que hoje sofre o país.

Com isto não se pretende desconhecer os importantes méritos acadêmicos das pesquisas aqui agrupadas sob o mote de enfoque “convencional” nem ignorar o dano social que produz o fenômeno da corrupção, mas deixar em evidência, como dizem Rose-Sender e Goodwin (2009, p. 2), “a necessidade de um entendimento das raízes ideológicas do ‘anticorrupcionismo’ se quisermos compreender as implicações e as consequências da emergência (e apoio que desperta) essa narrativa hoje dominante”. Ou, dito de outro modo, tornar manifesta a necessidade de conjugar as investigações “convencionais” com uma metaleitura das denúncias sobre a corrupção que possibilite ver qual o papel que vêm desempenhando os órgãos judiciais, os órgãos parajudiciais e os principais veículos midiáticos na erosão das democracias do continente. Uma maior presença do enfoque “heterodoxo” na produção da Ciência Política brasileira, assim como um maior diálogo entre os autores classificados em uma e outra categoria, ajudariam a que a disciplina viesse assumir um papel político-pedagógico mais ativo, essencial no necessário processo de resgate das hoje desfalecentes instituições democráticas do país e essencial, também, para dar resposta aos anseios tantas vezes postergados das grandes maiorias populares. Porque, como atinadamente assinala Fogel (2018, s.p.), o “combate à corrupção passa pela expansão da democracia e pela mobilização de massa e não apenas [por se] vangloriar de [uma pretensa] moral superior”.

### Referências

- ABRAMO, Cláudio. Percepções pantanosas: a dificuldade de medir a corrupção. *Novos Estudos Cebrap*, n. 73, p. 33-37, 2005.
- ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos Cebrap*, n. 38, p. 185-213, 2019.
- AMORIM NETO, Octavio. A política comparada no Brasil: a política dos outros. In: LESSA, Renato (Ed.). *Horizontes das ciências sociais: ciência política*. São Paulo: ANPOCS, 2010.
- AVRITZER, Leonardo. O papel do pluralismo na formação da ciência política no Brasil. In: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos; BRAGA, Maria do Socorro (Eds.). *A ciência política no Brasil (1960-2015)*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie. A tensão entre soberania e instituições de controle na democracia brasileira. *Dados*, v. 60, n. 2, p. 359-393, 2017.

BALLESTRIN, Luciana. A corrupção e o roubo da cidadania no Brasil. Resenha do livro de Céli Regina Jardim Pinto. A banalidade da corrupção: uma forma de governar o Brasil. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011. 179 p. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 80, p. 228-231, out. 2012.

BEDIRHANOĞLU, Pinar. The Neoliberal Discourse on Corruption as a Means of Consent Building: Reflections from Post-Crisis Turkey. *Third World Quarterly*, v. 28, n. 7, p. 1239-1254, 2007.

BERTOGLIO, Ernesto. Por qué la clase media argentina odia a los pobres. *El Diario*, Villa María, 29 jun. 2019. Disponível em: <https://www.eldiariocba.com.ar/opiniones/2019/6/29/por-que-la-clase-media-argentina-odia-los-pobres-8805.html>. Acesso em: 20 out. 2020.

BIROLI, Flávia; MANTOVANI, Denise. Disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral: a cobertura jornalística ao Programa Bolsa Família e as eleições de 2006. *Opinião Pública*, v.16, n. 1, p. 90-116, 2010.

BOITO, Armando. *Quem é contra a corrupção?* Revista Fórum, 23 dez. 2014. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/blogs/rodrigovianna/brodrigovianna-armando-boito-quem-e-contra-corrupcao-de-verdade/>. Acesso em: 10 out. 2020.

BORON, Atilio A. Las ciencias sociales en la era neoliberal: entre la academia y el pensamiento crítico. *Tareas – Centro de Estudios Latinoamericanos “Justo Arosemena”*, n. 122, p. 45-73, 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/panama/cela/tareas/tar122/03boron.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BROWN, Ed; CLOKE, Jonathan. Neoliberal Reform, Governance and Corruption in the South: Assessing the International Anti-Corruption Crusade. *Antipode*, v. 36, n. 2, p. 272-294, 2004.

CHALOUB, Jorge. O liberalismo de Carlos Lacerda. *Dados*, v. 61, n. 4, p. 385-428, 2018.

COMIM, Flávio. “O país da ‘ordem e progresso’ é um país essencialmente aporofóbico”. *Entrevista com Flavio Comim por João Vítor Santos*. IHU Online, 23 abr. 2021. Disponível em: <http://www.ihu.u.unisinos.br/608379-brasil-o-pais-da-ordem-e-progresso-em-que-a-pobreza-se-reduz-a-hierarquia-social-entrevista-especial-com-flavio-comim>. Acesso em: 30 ago. 2021.

CORRUPÇÃO. Dicionário Online de Português, 2009. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/corrupcao/>. Acesso em: 18 set. 2020.

DAMGAARD, Mads. Cascading corruption news: explaining the bias of media attention to Brazil’s political scandals. *Opinião Pública*, v. 24, n. 1, p. 114-143, 2018.

DE MARIA, William. *The New War on African Corruption: Just Another Neo-Colonial Adventure?* In: 4<sup>th</sup> International Critical Management Studies Conference, 2005. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/The-new-war-on-African-'corruption'%3A-Just-another-Maria/bf43a595ae8930065b85fc996c140f3ae199faef>. Acesso em: 13 out. 2020.

ENTMAN, Robert. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FELÍCIO, João. *Os barões da mídia põem a liberdade de imprensa em perigo*. Central Única dos Trabalhadores, 23 set. 2010. Disponível em: <https://www.cut.org.br/artigos/os-baroes-da-midia-poem-a-liberdade-de-imprensa-em-c34e>. Acesso em: 20 out. 2020.

GEBEL, Anja. Human nature and morality in the anti-corruption: Discourse of Transparency International. *Public Administration and Development*, v. 32, p. 109-128, 2012.

FERES JR., João. Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos contar. *Revista de Sociologia e Política*, n. 15, p. 97-110, nov. 2000.

FILGUEIRAS, Fernando. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. *Opinião Pública*, v. 15, n. 2, p. 386-421, 2009.

FOGEL, Benjamin. *Against “Anti-Corruption”*. Jacobin Magazine, 10 maio 2018. Disponível em: <https://jacobinmag.com/2018/10/corruption-bolsonaro-pt-populism-democracy-development>. Acesso em: 20 out. 2020.

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Boston: Harvard University Press, 1974.

GOLDSTEIN, Ariel. La prensa brasileña y sus “cruzadas morales”: un análisis de los casos del segundo gobierno de Getúlio Vargas y el primer gobierno de Lula da Silva. *Dados*, v. 60, n. 2, p. 395-435, 2017.

HINDESS, Barry. Investigating International Anti-Corruption. *Third World Quarterly*, v. 26, n. 8, p. 1389-1398, 2005.

HINDESS, Barry. Fears of Intrusion: Anti-Political Motifs in Western Political Discourse. In: SCHEDLER, Andreas (Ed). *The End of Politics: Explorations into Modern Antipolitics*. Basingstoke: Macmillan, 1997.

KAJSIU, Blendi; RESTREPO, Ana María. La dimensión ideológica de los discursos anticorrupción en Colombia y Ecuador, 2002-2017. *Colombia Internacional*, n. 101, p. 187-218, 2020.

KOLA, Leart. *Anti-corruption as the “new language” of the neo-liberal order in Albania*. Institute of Social Studies and Humanities, out. 2019. Disponível em: <http://issh.al/en/2020/05/10/anti-corruption-as-the-new-language-of-the-neo-liberal-order-in-albania-2/>. Acesso em: 20 out. 2020.

KORYBKO, Andrew. *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LARMOUR, Peter. Anti-Anticorruption: Barry Hindess’ Recent Work on Corruption. *Alternatives: Global, Local, Political*, v. 36, n. 1, p. 48-55, fev. 2011.

LEITE, Fernando. *O campo de produção da ciência política brasileira contemporânea*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/37966>. Acesso em: 20 out. 2020.

LIMONGI, Fernando; ALMEIDA, Maria Hermínia; FREITAS, Andréa. Da sociologia ao (neo)institucionalismo: 30 anos que mudaram a ciência política no Brasil. In: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos; BRAGA, Maria do Socorro (Eds.). *A ciência política no Brasil (1960-2015)*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

MARENCO, André. Cinco décadas de ciência política no Brasil: institucionalização e pluralismo. In: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos; BRAGA, Maria do Socorro (Eds.). *A ciência política no Brasil (1960-2015)*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Democracia e desigualdade nas ciências sociais brasileiras: artigos publicados entre 2000 e 2010. In: IX Encontro da ABCP, 2014. Disponível em: [cienciapolitica.org.br/web/index.php/system/files/documentos/eventos/2017/04/democracia-e-desigualdade-nas-ciencias-sociais-brasileiras.pdf](http://cienciapolitica.org.br/web/index.php/system/files/documentos/eventos/2017/04/democracia-e-desigualdade-nas-ciencias-sociais-brasileiras.pdf). Acesso em: 20 set. 2020.

MARTINS JÚNIOR, Osmar Pires (Org). *Lawfare em debate*. Goiânia: Kelps, 2020.

MARTINS ZANIN, Cristiano; TEIXEIRA ZANIN, Valeska; VALIM, Rafael. *Lawfare: uma introdução*. São Paulo: Contracorrente, 2019.

MARTUSCELLI, Danilo. O PT e o impeachment de Collor. *Opinião Pública*, v. 16, n. 2, p. 542-568, 2010.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula G. Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 79, p. 187-235, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe. *O colapso da democracia no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe; COUTINHO, Aline de Almeida. A crise e suas fronteiras: oito meses de ‘mensalão’ nos editoriais dos jornais. *Opinião Pública*, v. 13, n. 1, p. 97-123, 2007.

MINELLA, Ary C. Construindo hegemonia: democracia e livre mercado (atuação do NED e do CIPE na América Latina). *Caderno CRH*, v. 22, n. 55, p. 13-40, 2009.

MIRANDA, Luiz Fernando. Unificando os conceitos de corrupção: uma abordagem através da nova metodologia dos conceitos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 25, p. 237-272, 2018.

MORAES, Fabiana. *O Brasil não combate a pobreza; nosso país combate o pobre*. The Intercept Brasil, 9 fev. 2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/02/09/o-brasil-nao-combate-a-pobreza-nosso-pais-combate-o-pobre/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

NEIVA, Pedro. Revisitando o calcanhar de Aquiles metodológico das ciências sociais no Brasil. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 79, p. 65-83, 2015.

OLIVEIRA, Lilian. *A trajetória da ciência política brasileira: uma análise da produção e da formação acadêmica (1966- 2014)*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2016.

PEREYRA, Sebastián. Corruption Scandals and Anti-Corruption Policies in Argentina. *Journal of Politics in Latin America*, v. 11, n. 3, p. 348-361, 2019.

PINTO, Céli R. J. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). *Lua Nova*, n. 100, p. 119-153, 2017.

POLZER, Tara. *Corruption: deconstructing the World Bank discourse*. LSE Destin Working Paper Series, v. 18, n. 1, 2001. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/138135/WP18.pdf>. Acesso em: 24 out. 2020.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antônio C. (Ed.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador/São Paulo: Edufba/ Edunesp, 2004.

PUYRREDÓN, Yésica; SANTOMASSIMO, Agustina. *Aporofobia: ¿de dónde viene el odio a los pobres?* La Izquierda Diario, 21 mar. 2019. Disponível em: <https://www.laizquierdadiario.com/Aporofobia-de-donde-viene-el-odio-a-los-pobres>. Acesso em: 20 out. 2020.

RAMPINELLI, Waldir; OURIQUES, Nildo (Orgs). *Crítica à razão acadêmica*. Florianópolis: Insular, 2011.

RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. A reforma política pelo judiciário: notas sobre a judicialização da política na Nova República. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 28, p. 123-160, 2019.

RODRÍGUEZ, José R. Contra o fanatismo textualista: corrupção, jeitinho brasileiro e estado de direito. *Novos Estudos Cebrap*, v. 35, n. 1, p. 61-76, 2016.

ROMANO, Silvia. Lawfarey neoliberalismo en América Latina: una aproximación. *Sudamérica: Revista de Ciencias Sociales*, n. 13, p.14-40, 2020. Disponível em: <http://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/sudamerica/article/view/4662>. Acesso em: 2 set. 2021.

ROSE-SENDER, Sarah K.; GOODWIN, Morag. Linking anti-corruptionism and human rights: A dangerous addition to the development discourse. In: BOERSMA, Martine; NELSEN, Hans (Eds.). *Corruption & human rights: Interdisciplinary perspectives*. Antuérpia: Intersentia, 2009. Disponível em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1623225](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1623225). Acesso em: 22 out. 2020.

SAMPSON, Steven. *The Morality of Transparency: A Comparison of NGOs and Business Ethics*. Transparency Conference Paper, nov. 2015. Disponível em: [https://portal.research.lu.se/portal/en/publications/the-morality-of-transparency-a-comparison-of-ngos-and-business-ethics\(e8014549-86a5-42f3-b6ee-a1c859c636ac\).html](https://portal.research.lu.se/portal/en/publications/the-morality-of-transparency-a-comparison-of-ngos-and-business-ethics(e8014549-86a5-42f3-b6ee-a1c859c636ac).html). Acesso em: 18 out. 2020.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos Cebrap*, n. 97, p. 23-40, 2013.

SOUZA, Jessé. *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Jessé. A sociologia dual de Roberto da Matta: descobrindo nossos mistérios ou sistematizando nossos auto-enganos? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 45, p. 47-67, 2001.

SOUZA, Nelson R. de; VALMORE, Fabiane H. Tensão na Ciência Política brasileira: a produção dos doutores e a percepção dos editores. *Sociedade e Cultura*, v. 22, p. 204-228, 2019.

TAVARES, Francisco Mata M.; OLIVEIRA, Ian C. de. Omissões e seletividades da ciência política brasileira: lacunas temáticas e seus problemas sócio-epistêmicos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19, p. 11-45, 2016.

VALENTE, Ivan. A crise da grande política. *Estudos Avançados*, v. 23, n. 67, p. 119-126, 2009.

VITULLO, Gabriel E. O honestismo e o triunfo da pequena política. In: VITULLO, Gabriel E. *A ideologia do terceiro setor: ensaios críticos*. Natal: EDUFRN, 2012. Disponível em: <https://zenodo.org/record/1248011#.X7j2QmXVuUk>. Acesso em: 23 out. 2020.

WORLD BANK. *Helping Countries Combat Corruption: the role of the World Bank*. S.l.: World Bank, 1997.

ZAFFARONI, Raúl. Prólogo. In: ROMANO, Silvia (Comp.). *Lawfare: Guerra judicial y neoliberalismo en América Latina*. Madrid: CELAG-Mármol Izquierdo Editores, 2019.

*Artigo recebido em: Abril/2021*

*Aprovado em: Setembro/2021*

**Gabriel Eduardo Vitullo** ([gvitullo@hotmail.com](mailto:gvitullo@hotmail.com)) é Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professor Associado III na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

### **O tema “corrupção” na produção acadêmica da Ciência Política brasileira**

**Resumo.** Busca-se investigar qual é o lugar que ocupa a “corrupção” como objeto de investigação na Ciência Política brasileira e até que ponto esta consegue se distanciar do discurso predominante na sociedade a respeito do assunto. Para tanto realiza-se uma análise quantitativa e qualitativa do material publicado entre 1990 e 2019 em 12 das revistas mais importantes da área. A seleção é feita a partir da busca de termos-chave e da leitura desses termos no seu contexto; e os artigos recuperados são classificados em função da maior ou menor centralidade do assunto e do enfoque nestes adotado. Constata-se um claro predomínio do enfoque “convencional”, o que reflete uma disciplina mais predisposta a replicar a retórica anticorrupção hegemônica do que a questionar a funcionalidade dessa retórica para com o processo de criminalização da política e de ataque aos governos populares.

**Palavras-chave:** Corrupção; Ciência Política Brasileira; Criminalização da Política; Democracia; Anticorrupcionismo.

### **The subject “corruption” in the academic production of Brazilian Political Science**

**Abstract.** This article seeks to inquire about the place of “corruption” as an object of investigation in Brazilian Political Science, and the extent to which the discipline manages to distance itself from the leading discourse on the subject within society. To that end, the piece presents quantitative and qualitative analyses of the materials published in 1990-2019 in twelve of the most important journals in the field. The selection is made based on a search for key terms and the reading of these terms in context. The collected articles are classified according to the importance of the topic in each of them and the approach they adopt. These pieces show a prevalence of the “conventional” approach, which reveals the existence of a discipline more inclined to replicating the hegemonic anti-corruption rhetoric than to questioning the way in which such rhetoric is at the service of criminalizing politics and attacking popular governments.

**Keywords:** Corruption; Brazilian Political Science; Criminalization of Politics; Democracy; Anticorruptionism.